



1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE

Grupo de Amigos Avós e Netos da Freguesia das Lapas
Estatuto de IPSS conforme publicação no DR – III série de 25 de Fevereiro de 2002

1.2. SEDE

Rua José Mota e Silva, 1 – A Lapas – Torres Novas

1.3. NATUREZA DA ACTIVIDADE

A entidade dedica-se ao apoio à família, idosos, dependentes e suas crianças, na proteção dos cidadãos na velhice e invalidez, no apoio infantil e jovem e em todas as situações de falta ou de diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações Financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o Decreto-Lei nº 36 A/2011, de 9 de Março, alterado pela Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

-Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2024, são comparáveis, com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31-12-2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**3.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o seguinte:

- Ativos Fixos Tangíveis e Propriedades de Investimento

Os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para a classe de ativos.

A vida útil dos bens e as correspondentes taxas máximas de depreciação encontram-se definidas no DR nº 25/2009 de 14 de Setembro.

- Inventários

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

- Caixa e Depósitos Bancários

Este item inclui os valores em caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Clientes e Outros Valores a Receber

As contas de "Clientes e Outros Valores a Receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal.

- Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

- Financiamentos Bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal líquido de comissões, com a emissão desses empréstimos.



- Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da entidade. Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços, no fim do período a que dizem respeito.

- Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

A entidade beneficiou de subsídios à exploração. Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos incorridos e registados no

- Imposto sobre o Rendimento

A entidade é sujeito passivo de IRC. Contudo, conforme a alínea b) do nº 1 do artº 10 do CIRC, este é o tipo de entidades que estão isentas de IRC.

4 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não aplicável

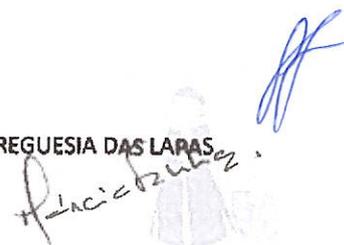
5 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

5.1. QUANTIAS ESCRITURADAS E DEPRECIACÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM DO PERÍODO

Os ativos fixos tangíveis foram depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	NÚMERO DE ANOS
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 20
Equipamento Transporte	4 a 6
Equipamento Administrativo	3 a 10
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 a 14

A vida útil dos bens e as correspondentes taxas máximas de depreciação encontram-se definidas no DR nº 25/2009 de 14 de Setembro. Para o exercício de 2024, foram utilizadas as taxas mínimas de depreciação.



Ativos Fixos Tangíveis	SITUAÇÃO INICIAL			SITUAÇÃO FINAL		
	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e Recursos Naturais	91,450.00€	-----	91,450.00€	91,450.00€	-----	91,450.00 €
Edifícios e Outras Construções	134,360.19€	80,604.36 €	53,955.83 €	149,599.51 €	85,425.07 €	64,174.44€
Equipamento Básico	42,860.60 €	33,939.23 €	8,921.37 €	42,860.60 €	34,632.76 €	8,227.84 €
Equipamento Transporte	67,163.54 €	67,163.54 €	8,575.11€	91,863.54 €	63,694.70 €	28,168.84 €
Equipamento Administrativo	9,950.30 €	5,706.75 €	4,243.55 €	9,950.30 €	6,566.15 €	3,384.15 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	15,930.32 €	6,631.39 €	9,298.93 €	15,930.32€	7,539.73€	8,390.59 €
Total	361,914.95 €	185,470.16 €	176,444.79 €	401,654.27 €	197,858.41 €	203,795.86 €

Propriedades de Investimento	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações e Imparidades Acumuladas	Quantia Escriturada
	Terrenos e Recursos Naturais	12,500.00 €	-----	12,500.00 €	12,500.00 €	-----
Edifícios e Outras Construções	37,500.00 €	5,812.50 €	31,687.50 €	37,500.00 €	6,187.50 €	31,312.50 €
Total	50,000.00 €	5,812.50 €	44,187.50 €	50,000.00 €	6,187.50 €	43,812.50 €

6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Não Aplicável

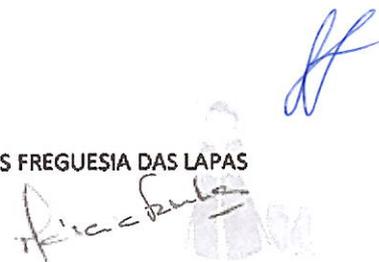
7. LOCAÇÕES

Não Aplicável

8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS

8.1. DIVULGAÇÕES SOBRE POLÍTICA CONTABILÍSTICA ADOPTADA NOS CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Desde há vários anos que se encontra registado na contabilidade, em passivo não corrente (conta atual 2788120001-Carlos Antunes), um saldo credor, cujo valor foi considerado incerto e não líquido. Isto porque, até agora, a Instituição tem-se visto impossibilitada de proceder à sua verificação uma vez que para além da documentação existente se revelar deficitária, existem vários exercícios cujas pastas documentais e fiscais, ainda não lhe foram entregues levando ao impedimento de tal verificação. Neste sentido, a Direção da IPSS continua e continuará a insistir junto da entidade CEM Ldª, para a entrega das pastas dos exercícios em questão de forma a obter as informações necessárias, bem como dar uma resposta à pretensão da Srª Drª Jacinta Trincão, manifestada e divulgada na Ata de AG nº 40.



8.2. A QUANTIA DE CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS CAPITALIZADA DURANTE O PERÍODO E A RESPECTIVA TAXA DE CAPITALIZAÇÃO USADA

Não aplicável

9. INVENTÁRIOS

9.1. QUANTIA TOTAL ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS E QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO

As matérias-primas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. Não há registo de imparidades. Neste exercício registou-se um stock final de matérias-primas, conforme quadro abaixo:

Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC)	Matérias Primas e Subsidiárias Período	Matérias Primas e Subsidiárias Ano 2023
Inventários iniciais	485.79€	423.80 €
Compras	50,909.45 €	66,093.17 €
Reclassificação e regularização de inventários	2,434.02 €	5,031.25€
Inventários finais	246.90€	485.79€
TOTAL CMVMC	53,582.36 €	71,062.43 €

O Valor referente à rubrica “reclassificação e regularização de inventários” inclui os donativos em espécie. Esta rubrica registou uma quebra relativamente ao ano de 2023 (ver nota 18.2).

10. RÉDITO

10.1. QUANTIAS DAS RUBRICAS SIGNIFICATIVAS DE RÉDITO RECONHECIDAS DURANTE O PERÍODO

O rédito apresenta os seguintes valores:

RUBRICAS	VALOR PERÍODO	VALOR ANO 2023
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	296 070.38 €	182,131.58 €
TOTAL	296 070.38 €	182,131.58 €

Tendo em conta o novo enquadramento preconizado pelo CNC sobre a contabilização das verbas provenientes dos Acordos de Cooperação no que se refere a Contratos Típicos (contratos onde a comparticipação mensal para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes e for atribuída como apoio à mensalidade paga pelo utente), e dando satisfação ao determinado pela CNC-FAQ39- aprovado pelo CNCE em 24/11/2023, passamos a contabilizar como rédito na conta 72 (Prestações de Serviços) em vez de na conta 75 (Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos) estas mesmas comparticipações recebidas. Por esta mesma razão se justifica o aumento substancial de valores em prestação de serviços.

No ano de 2024, a IPSS continuou a recuperar a nível da prestação de serviços. As mensalidades do Centro de Dia e Apoio Domiciliário, foram atualizadas, no sentido de acompanhar o aumento do preço do combustível, eletricidade e dos bens alimentares. Contudo, esta atualização, não se refletiu de forma linear em todos utentes. Houve o cuidado de analisar as condições sócio económicas de cada utente, tendo em conta outros critérios, como o tipo de serviço prestado e o fator localização, ajustando-se desta forma, a mensalidade a pagar por cada utente. Nos últimos anos, os valores cobrados aos utentes, tem-se mantido, mas existe a preocupação por parte da Direção, que esta atualização passe a ser feita anualmente.

Em 2024, o Centro de convívio embora com a sua atividade normal, registou uma quebra nos proveitos, relativamente ano de 2023.

Na demonstração de resultados por resposta social, podemos verificar, em termos comparativos, existiu um aumento geral das prestações de serviços.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável

12. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

12.1. NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS DO GOVERNO RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



12.1.1 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A) Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Verificaram-se várias candidaturas a programas/medidas de apoio do IEFP, nomeadamente:

- Emprego Apoiado em Mercado Aberto

Para as referidas candidaturas, em 2024, foram aprovados os seguintes valores:

PROGRAMAS/MEDIDAS DE APOIO IEFP	VALOR APROVADO
Emprego Apoiado em Mercado Aberto	9 487.01€

B) Instituto da Segurança Social (ISS, IP)

Através do protocolo de participações destinadas às respostas sociais da Instituição: Centro Dia, Serviço de Apoio Domiciliário e Centro de Convívio.

A repartição por resposta social do valor total de subsídios atribuídos pelo Instituto da Segurança Social (ISS), encontra-se discriminada na demonstração de resultados por resposta social.

C) Consignação IRS/IVA

Os valores da consignação do IVA e IRS, dependem da opção exercida por cada contribuinte, aquando preenchimento e entrega da sua declaração de rendimentos. Os valores pagos em 2024, referem-se aos valores consignados no IRS de 2022.

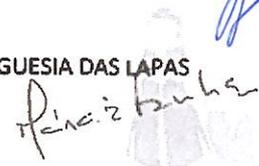
D) Programa Operacional Inclusão Social (POISE)

Em maio de 2020, foi aprovada a candidatura ao programa POISE. Este projeto consiste na disponibilização aos cidadãos de Torres Novas, de um serviço de pré-ajuda à demência e prevenção primária de saúde mental e terá a duração de 3 anos (01-01-2020 a 31-12-2022).

Apesar de ter sido feito um pedido de prorrogação do projeto até fevereiro de 2023, este não se concretizou, dando-se por finalizado a 31-12-2022.

O montante total do apoio aprovado foi de 214 549.52 €, sendo financiado pelas seguintes entidades:

FINANCIADORES	COMPARTICIPAÇÃO
- Contribuição do Fundo Social Europeu	70 %
- Contribuição Pública Nacional - Orçamento do Estado	150,184.66 €



Contribuição Privada - Investidores Sociais:	
- Município de Torres Novas	30%
- União de Freg. São Pedro, Lapas e Ribeira Branca	64,364.86 €
- União Freg. Santa Maria, Salvador e Santiago	

Valores dos subsídios à exploração imputados ao exercício de 2024:

		VALOR IMPUTADO AO PERÍODO	VALOR ANO 2023
IEFP		15 571.20 €	4 657.18
POISE		0.00 €	11,376.27 €
Consignação	IRS	2,604.03€	2,676.45 €
	IVA	258.37€	88.47€
IAPMEI		0.0 €	0.00€

Os subsídios do IEFP registaram um aumento relativamente ao ano anterior.

Existe um programa que podemos classificar como um programa permanente da Instituição relativo à Rute Farinha “Emprego Apoiado em Mercado Aberto” que influenciou este aumento em 2024 devido a ter no ano 2024 sido recebido o valor de 3 semestres relativos a esta medida enquanto que no ano anterior só foi recebido o valor de 1 semestre. Em 2023 existiram ainda 2 Contratos ao abrigo do compromisso emprego inserção, enquanto que no ano 2024 o número de contratos empregos inserção aumentou para 4.

O montante desta rubrica, reflete os valores pagos por conta destes últimos programas.

À data de 31/12/2022, o projeto POISE terminou e não existindo mais qualquer valor de despesa elegível, sendo que já não existem valores a receber.

12.1.2 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

No âmbito do projeto POISE, em 2022, foi afeta uma parcela deste apoio à rubrica de subsídios ao investimento, repartido pela aquisição de equipamento administrativo, como mobiliário de escritório e um computador e equipamento básico de apoio aos funcionários (armários/cacifes), bem como aos utentes (cadeirões relax), entre outros, o qual foi imputado ao exercício na parte depreciable dos bens.

Em 2024 foi atribuído ainda um subsídio ao investimento através do projeto mobilidade verde no valor de 20 325.20€ para a aquisição de uma viatura elétrica, o qual foi imputado ao exercício na sua proporção depreciable.

13. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Não Aplicável



14. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Não Aplicável

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos Financeiros mensurados ao custo menos as perdas por imparidade (caso existam):

- clientes e utentes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar e empréstimos bancários.

Em relação a Investimentos financeiros, a entidade possui uma aplicação na Caixa de Crédito Agrícola no valor de 500.00 €. Este investimento encontra-se mensurado ao justo valor.

A rubrica investimentos financeiros, apresenta em 2024:

- Retenções efetuadas para o Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS). Esta rubrica apresenta o valor de 77.27 €, que transitou do ano de 2015.

Este fundo, conforme o DL nº 165-A/2013 de 23 de Dezembro "...é um fundo autónomo, com personalidade jurídica (...) destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira da IPSS, permitindo a manutenção do regular desenvolvimento das respostas e serviços prestados". Estas retenções são feitas mensalmente sobre o valor pago nos acordos de cooperação com o ISS (Instituto Segurança Social).

- As retenções para o "Fundo Compensação de Trabalho" (FCT). Este fundo foi criado pela Lei nº 70/2013 de 30 de Agosto e consiste, caso haja contratação de novos colaboradores, na entrega mensal de uma percentagem sobre o vencimento base e diuturnidades, com o objetivo de mais tarde, no caso das indemnizações por despedimento de funcionários, a entidade poder recorrer a este fundo.



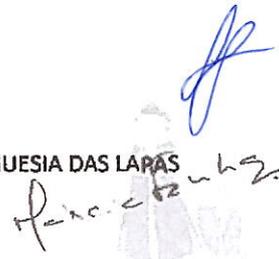
16. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

16.1. PESSOAL AO SERVIÇO DA INSTITUIÇÃO E HORAS TRABALHADAS

DESCRIÇÃO	Nº MÉDIO DE PESSOAS	Nº DE HORAS TRABALHADAS	Nº MÉDIO DE PESSOAS PERÍODO ANTERIOR	Nº DE HORAS TRABALHADAS PERÍODO ANTERIOR
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE				
Pessoas remuneradas	16	24 683	16	25 668
Pessoas não remuneradas	5	1 255	5	1 240
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE POR TIPO DE HORÁRIO				
Pessoas a tempo completo (das quais pessoas remuneradas)	16	24 683	16	25 668
Pessoas a tempo parcial (das quais pessoas remuneradas)	0	0	0	0
PESSOAS AO SERVIÇO DA ENTIDADE POR SEXO				
Masculino	2	2 955	2	1 966
Feminino	19	22 983	19	24 942
PRESTADORES DE SERVIÇO	1	88	2	169
PESSOAS COLOCADAS POR AGÊNCIAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO	----	----	----	----

Neste exercício, relativamente ao exercício anterior, o número médio de “pessoas remuneradas ao serviço da entidade” não sofreu alterações.

A tempo parcial, a Instituição contou com o apoio e contributo, de cinco elementos da Direção, evidenciado na rubrica “pessoas não remuneradas ao serviço da entidade”.



16.2. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS E ENCARGOS DA ENTIDADE

Os gastos com o pessoal, repartiram-se da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	VALOR DO PERÍODO	VALOR ANO 2023
TOTAL GASTOS COM O PESSOAL	224 747.56 €	219 339.04€
REMUNERAÇÕES AO PESSOAL	184 668.85 €	180 328.24€
ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	35 681.89 €	34 768.51€
INDEMNIZAÇÕES	0.00€	150.00
SEG. DE ACID. DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1 700.32 €	1,806.81€
GASTOS DE ACÇÃO SOCIAL	240.00 €	707.75€
OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	22.10€	9.05€
RELATÓRIO ÚNICO	2 434.40€	1, 568.68 €

16.3. OUTRAS DIVULGAÇÕES

Os órgãos diretivos são constituídos por oito elementos não remunerados, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

17. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

17.1. DECOMPOSIÇÃO E MOVIMENTO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	DÉBITOS	CRÉDITOS	SALDO FINAL
FUNDO SOCIAL	58,352.67	0.00 €	0.00 €	58,352.67
RESULTADOS TRANSITADOS	152,585.23 €	15 848.16€	0.00 €	136 737.07 €
OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	14 403.10€	1 466.14	20 325.20 €	33 262.16 €
Subsídios	7 977.34€	1 466.14 €	20 325.20€	26 836.40 €
Doações	7,500 €	0.00 €	0.00 €	7,500.00 €
Outras	(1,074.24€)	0.00 €	0.00 €	(1,074.24, €)
TOTAL	225 341.00 €	17 314.30 €	20 325.20 €	228 351.90€

Nos fundos patrimoniais, há a registar os seguintes movimentos:

- Transferência do resultado líquido negativo no valor de 15 848.16 €, para a rubrica de “resultados transitados”, conforme deliberação da aprovação de contas do exercício de 2023;
- Transferência, no âmbito do projeto POISE, do valor correspondente ao subsídio ao investimento no valor de 1 042.70 € e registo da atribuição do subsídio mobilidade verde no valor de 20 325.20€ e transferência do respetivo valor de 423.44€ para imputação ao ano 2024, no proporcional das depreciações.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES

18.1. INDICAÇÃO DO NÚMERO MÉDIO DE UTENTES POR RESPOSTA SOCIAL (VALÊNCIA), NO EXERCÍCIO:

RESPOSTA SOCIAL	Nº UTENTES (com extra acordo)	ACORDOS COM O ISS
	Ano 2024	Ano 2024
Centro Dia	6	14
Centro de Convívio	---	11
Serviço de Apoio Domiciliário	2	18

18.2. PRINCIPAIS DOADORES/FONTES DE FUNDOS

DONATIVOS EM DINHEIRO/ESPÉCIE		
	ANO 2024	ANO 2023
Em Dinheiro		
Particulares	1 168.85 €	1 160.20 €
Outras Entidades	4 345.00 €	6 080.00 €
Em espécie		
Outras Entidades	2 434.02 €	5 536.57 €
TOTAL	7 947.87 €	12 776.77€

A rubrica de donativos é bastante variável, pois depende da boa vontade dos particulares e outras entidades. Os donativos de “particulares”, incluem o montante de 500.00 € da doadora benemérita Dr^a Jacinta Trincão, os quais foram deduzidos ao crédito existente desta doadora sob a Instituição.

Perante os valores apresentados, apenas há a salientar a diminuição dos donativos em espécie, concedidos maioritariamente, pela empresa ALDI – Supermercados de Portugal, Lda.

18.3. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS/RESTITUIÇÃO DE IVA

Esta rubrica inclui os rendimentos relacionados com o arrendamento de imóveis, bem como outro tipo de receitas extraordinárias.

Neste exercício a entidade beneficiou, em termos de restituição de 50% do IVA suportado com aquisição de alimentação e bebidas os seguintes valores, para os períodos indicados:

RESTITUIÇÃO IVA ANO 2024		
PERÍODO DO PEDIDO	Total IVA Suportado	Valor Restituído (50%)
O março e de maio a dezembro 2023	3,265.90 €	1,632.98€
Janeiro e Fevereiro de 2024	668.57€	334.29€
TOTAL		1,967.27€



18.4. DISCRIMINAÇÃO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	0.00 €	0.00 €
Serviços especializados	19,406.01 €	15,167.24 €
Trabalhos especializados	6,845.97 €	7,006.44 €
Publicidade e propaganda	55.35 €	86.10€
Vigilância e segurança	0.00 €	0.00 €
Honorários	700.00 €	1,250.00€
Conservação e reparação	11,765.74 €	6,759.75€
Outros	38.95 €	64.95 €
Materiais	3,321.14 €	6,266.65 €
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2,310.91 €	4,349.88 €
Livros e Documentação Técnica	0.00 €	0.00 €
Artigos para Oferta	330.44 €	677.12 €
Material de escritório	679.79 €	1,239.65 €
Energia e fluidos	19,757.83 €	18,950.68 €
Electricidade	6,900.89 €	6,238.11 €
Combustíveis	10,618.94 €	10,611.44 €
Água	2,238.00 €	2,101.13 €
Deslocações, Estadas e Transportes	1.54 €	0.60 €
Deslocações e Estadas	0.00 €	0.00 €
Portagens e Estacionamentos	1.54 €	0.60 €
Serviços diversos	8,430.88 €	8,804.44 €
Rendas e alugueres	1,006.57 €	901.43 €
Comunicação	724.00 €	745.49 €
Contencioso e Notariado	0€	204.00
Seguros	1,310.25€	1,283.40 €
Limpeza, higiene e conforto	4,777.50€	4,600.43 €
Outros serviços	612.56€	1,069.69 €
Total	50,917.40€	49,189.01 €

Total das rubricas de fornecimentos e serviços externos, registaram uma ligeira subida relativamente ao ano de 2023. A rubrica "Trabalhos Especializados" teve um aumento em 2023 comparado ao ano 2024 que se deve essencialmente ao valor das obras de conservação do edifício. A rubrica "Materiais", reduziu cerca de 50% o seu valor, e da rubrica de "serviços Diversos", que não sofreu grande alteração.

A Presidente da Direção

*Grupo de Amigos
Avós e Netos
A direção*

Contabilista Certificado nº 94075